

BOLETIM DAS ATUALIZAÇÕES

TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

ALTERAÇÕES NA VERSÃO DAS TPUS DE 31/07/2024

Informamos que em 30 de julho de 2024 houve publicação de novas versões das Tabelas Processuais Unificadas. As alterações foram as seguintes:

I – CLASSES

a) Habilitação

- 1) Habilitação da classe “424 – Recurso de Medida Cautelar Criminal” para o STM;
- 2) Habilitação da classe “420 – Embargos de Declaração Criminal” para o primeiro grau da Justiça Militar da União;
- 3) Habilitação da classe “419 – Correição Parcial Criminal” para o STM;
- 4) Habilitação da classe “12077 – Homologação de Acordo de Colaboração Premiada” para toda a Justiça Militar da União;
- 5) Habilitação da classe “11788 – Exibição de Documento ou Coisa Criminal” para toda a Justiça Militar da União;
- 6) Habilitação da classe “293 – Crimes Ambientais” para toda a Justiça Militar da União;
- 7) Habilitação da classe “1731 – Investigação contra Magistrado” para o STM;
- 8) Habilitação da classe “1268 – Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) – Criminal” para toda a Justiça Militar da União.

b) Desabilitação

- 1) Desabilitação da classe “64 – Ação Civil de Improbidade Administrativa” para o segundo grau e competência militar de segundo grau da Justiça Estadual, para o segundo grau da Justiça Federal e para o segundo grau da Justiça Militar Estadual.

c) Alteração

- 1) Alteração do nome da classe “14677 – Regulamentação de Visitas” para “Regulamentação da Convivência Familiar”.

II – MOVIMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do movimento “15408 – Não Conhecimento de Embargos de Declaração” na hierarquia “218 – Sem Resolução de Mérito”, habilitado para todo o Poder Judiciário brasileiro, exceto Conselhos;

- 2) Criação do movimento “15409 – Não Conhecimento de Embargos de Declaração” na hierarquia “3 - Decisão”, habilitado para todo o Poder Judiciário brasileiro, exceto Conselhos.

b) Inativação

- 1) Inativação do movimento “12437 – Conhecimento para Determinar sua Autuação como Recurso Especial”.

c) Alteração

- 1) Inclusão da descrição do movimento “14096 – Audiência Pública”.

d) Habilitação

- 1) Habilitação do movimento “12095 – Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva” para o TST;
- 2) Habilitação do movimento “12094 – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (art. 981 e 982)” para o TST;
- 3) Habilitação do movimento “160 –Recebimento” para toda a Justiça do Trabalho (exceto CSJT);
- 4) Habilitação do movimento “1060 – Recurso” para o primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho;
- 5) Habilitação do movimento “394 – Com Efeito Suspensivo” para o segundo grau da Justiça do Trabalho e para o TST.

e) Desabilitação

- 1) Desabilitação do movimento “12610 – Parcial” para toda a Justiça do Trabalho;
- 2) Desabilitação do movimento “12297 – Atribuição de Competência” para toda a Justiça do Trabalho;
- 3) Desabilitação do movimento “12296 – Registro Processual” para toda a Justiça do Trabalho;
- 4) Desabilitação do movimento “12292 – Ato Cumprido pela Parte ou Interessado” para toda a Justiça do Trabalho;
- 5) Desabilitação do movimento “12293 – Ato Cumprido pela Parte ou Interessado (Sem Atributo)” para toda a Justiça do Trabalho;
- 6) Desabilitação do movimento “12186 – Cancelamento de Distribuição” para toda a Justiça do Trabalho;
- 7) Desabilitação do movimento “12623 – Recebimento de Câmara de Conciliação/Mediação” para toda a Justiça do Trabalho;

- 8) Desabilitação do movimento “12622 – Remessa para Câmara de Conciliação/Mediação” para toda a Justiça do Trabalho;
- 9) Desabilitação do movimento “12252 – Sentença Confirmada” para toda a Justiça do Trabalho;
- 10) Desabilitação do movimento “12253 – Sentença Confirmada em Parte” para toda a Justiça do Trabalho;
- 11) Desabilitação do movimento “12254 – Sentença Desconstituída” para toda a Justiça do Trabalho;
- 12) Desabilitação do movimento “14092 – Voto” para o segundo grau da Justiça do Trabalho e TST;
- 13) Desabilitação do movimento “14095 – Outros Votos” para o segundo grau da Justiça do Trabalho e TST;
- 14) Desabilitação do movimento “14094 – Voto Divergente Vencedor” para o segundo grau da Justiça do Trabalho e TST;
- 15) Desabilitação do movimento “14093 – Voto do Relator” para o segundo grau da Justiça do Trabalho e TST.

f) Associação de Complemento

- 1) Associação do complemento identificador “1 – nome_da_parte” ao movimento “12455 – Indeferimento”.

III – ASSUNTOS

a) Criação

- 1) Criação do assunto “15367 – SPVAT” na hierarquia “10431 – Responsabilidade Civil”, habilitado para toda a Justiça Federal (exceto CJF), STJ e STF;
- 2) Criação do assunto “15368 – Auxílio Reconstrução (MP 1219/2024)” na hierarquia “12734 – Direito Assistencial”, habilitado para toda a Justiça Federal (exceto CJF), STJ e STF;
- 3) Criação do assunto “15369 – Atos Administrativos em Execução Penal” na hierarquia “9985 – Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público”, habilitado para o primeiro e segundo graus e juizados especiais da Justiça Estadual;
- 4) Criação do assunto “15370 – Prestação de Contas” na hierarquia “15639 – Atos Administrativos em Execução Penal”, habilitado para o primeiro e segundo graus e juizados especiais da Justiça Estadual;

- 5) Criação do assunto “15371 – Obtenção e Aplicação de Recursos de Assistência ao Preso pelo Conselho da Comunidade” na hierarquia “15639 – Atos Administrativos em Execução Penal”, habilitado para o primeiro e segundo grau e juizados especiais da Justiça Estadual;
- 6) Criação do assunto “15372 – Apresentação de Relatórios Mensais pelo Conselho da Comunidade” na hierarquia “15639 – Atos Administrativos em Execução Penal”, habilitado para o primeiro e segundo grau e juizados especiais da Justiça Estadual;
- 7) Criação do assunto “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos” na hierarquia “287 – Direito Penal”, habilitado toda a Justiça Estadual (exceto Juizados Especiais da Fazenda Pública), para toda a Justiça Federal (exceto CJF), para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
- 8) Criação do assunto “15374 – Contratação Direta Ilegal” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo grau e toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo grau da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
- 9) Criação do assunto “15375 – Frustração do Caráter Competitivo de Licitação” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo grau e toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo grau da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
- 10) Criação do assunto “15376 – Patrocínio de Contratação Indevida” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo grau e toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo grau da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
- 11) Criação do assunto “15377 – Modificação ou Pagamento Irregular em Contrato Administrativo” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo grau e toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo grau da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
- 12) Criação do assunto “15378 – Perturbação de Processo Licitatório” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo grau e toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo grau da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
- 13) Criação do assunto “15379 – Violação de Sigilo em Licitação” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo grau e

- toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo graus da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
- 14) Criação do assunto “15380 – Afastamento de Licitante” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus e toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo graus da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
 - 15) Criação do assunto “15381 – Fraude em Licitação ou Contrato” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus e toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo graus da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
 - 16) Criação do assunto “15382 – Contratação Inidônea” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus e toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo graus da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
 - 17) Criação do assunto “15383 – Impedimento Indevido” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para toda a Justiça Estadual (exceto Juizado Especial da Fazenda Pública), para toda a Justiça Federal (exceto CJF), para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
 - 18) Criação do assunto “15384 – Omissão Grave de Dado ou de Informação por Projetista” na hierarquia “15373 – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus e toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo graus da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
 - 19) Criação do assunto “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos” na hierarquia “9634 – Ato Infracional”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
 - 20) Criação do assunto “15386 – Contratação Direta Ilegal (art. 337-E)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
 - 21) Criação do assunto “15387 – Frustração do Caráter Competitivo de Licitação (art. 337-F)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;

- 22) Criação do assunto “15388 – Patrocínio de Contratação Indevida (art. 337-G)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 23) Criação do assunto “15389 – Modificação ou Pagamento Irregular em Contrato Administrativo (art. 337-H)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 24) Criação do assunto “15390 – Perturbação de Processo Licitatório (art. 337-I)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 25) Criação do assunto “15391 – Violação de Sigilo em Licitação (art. 337-J)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 26) Criação do assunto “15392 – Afastamento de Licitante (art. 337-K)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 27) Criação do assunto “15393 – Fraude em Licitação ou Contrato (art. 337-L)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 28) Criação do assunto “15394 – Contratação Inidônea (art. 337-M)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 29) Criação do assunto “15395 – Impedimento Indevido (art. 337-N)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 30) Criação do assunto “15396 – Omissão Grave de Dado ou de Informação por Projetista (art. 337-O)” na hierarquia “15385 – Em Licitações e Contratos Administrativos”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 31) Criação do assunto “15397 – Crimes de Abuso de Autoridade (Lei 13.689/2019) na hierarquia “3603 – Crimes Previstos na Legislação Extravagante”, habilitado para toda a Justiça Estadual (exceto Juizado Especial da Fazenda Pública), toda a Justiça Federal (exceto CJP), toda a Justiça Militar da União, toda a Justiça Militar Estadual, toda a Justiça Eleitoral, STJ e STF;
- 32) Criação do assunto “15398 – De Abuso de Autoridade (Lei 13.689/2019)” na hierarquia “9847 – Previstos na Legislação Extravagante”, habilitado para o primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, STJ e STF;
- 33) Criação do assunto “15399 – Violência Política de Gênero” na hierarquia “11497 – Crimes contra o Sigilo ou o Exercício do Voto”, habilitado para toda a Justiça Eleitoral e STF;

- 34) Criação do assunto “15400 – Violência Política de Gênero (art. 326-B do Código Eleitoral)” na hierarquia “9847 – Previstos na Legislação Extravagante”, habilitado para o primeiro e segundo grau da Justiça Estadual, STJ e STF;
- 35) Criação do assunto “15401 – Omissão de Comunicação de Prática Violenta (Lei Henry Borel)” na hierarquia “15179 – Crimes Previstos na Lei Henry Borel”, habilitado para o primeiro e segundo grau da Justiça Estadual, STJ e STF;
- 36) Criação do assunto “15402 – Omissão de Comunicação de Prática Violenta (art. 26 da Lei Henry Borel)” na hierarquia “15181 – Previstos na Lei Henry Borel”, habilitado para o primeiro e segundo grau da Justiça Estadual, STJ e STF;
- 37) Criação do assunto “15403 – Violação do Sigilo Processual (Lei nº 13.431/2017) na hierarquia “3603 – Crimes Previstos na Legislação Extravagante”, habilitado para o primeiro e segundo grau e toda a competência militar da Justiça Estadual, para o primeiro e segundo grau da Justiça Federal, para toda a Justiça Militar da União, para toda a Justiça Militar Estadual, para toda a Justiça Eleitoral, para o STJ e para o STF;
- 38) Criação do assunto “15404 – Violação do Sigilo Processual (art. 24 da Lei nº 13.431/2017) na hierarquia “9847 – Previstos na Legislação Extravagante”, habilitado para o primeiro e segundo grau da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 39) Criação do assunto “15405 – Desinformação sobre a Integridade do Processo Eleitoral” na hierarquia “11652 – Propaganda Política – Propaganda Eleitoral”, habilitado para toda a Justiça Eleitoral e para o STF;
- 40) Criação do assunto “15406 – Crimes Previstos na Lei Geral do Esporte” na hierarquia “3603 – Crimes Previstos na Legislação Extravagante”, com habilitação para o primeiro e segundo grau, juizados especiais, turmas recursais e turmas estaduais de uniformização da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 41) Criação do assunto “15407 – Previstos na Lei Geral do Esporte” na hierarquia “9847 – Previstos na Legislação Extravagante”, com habilitação para o primeiro e segundo grau da Justiça Estadual, para o STJ e para o STF;
- 42) Criação do assunto “15410 – Fraudes em Operações com Ativos Virtuais, Valores Mobiliários ou Ativos Financeiros” na hierarquia “3415 – Crimes contra o Patrimônio”, habilitado para o primeiro e segundo grau da Justiça Estadual, primeiro e segundo grau da Justiça Federal, STJ e STF;
- 43) Criação do assunto “15411 – Fraudes em Operações com Ativos Virtuais, Valores Mobiliários ou Ativos Financeiros (art. 171-A)” na hierarquia “9674 - Contra o Patrimônio”, habilitado para o primeiro e segundo grau da Justiça Estadual, STJ e STF.

b) Alteração

- 1) Alteração do glossário do assunto “10503 – Serviços de Saúde”;

- 2) Alteração no glossário do assunto “9995 – Serviços de Saúde”;
- 3) Alteração no glossário do assunto “10434 – Serviços de Saúde”;
- 4) Alteração no glossário do assunto “10440 – Serviços de Saúde”;
- 5) Alteração do nome do assunto “3606 – Crimes de Abuso de Autoridade” para “Crimes de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965)”, bem como realizada alteração de seu glossário;
- 6) Alteração do nome do assunto “9857 – De Abuso de Autoridade” para “De Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965)”, bem como realizadas alterações de norma, artigo e glossário;
- 7) Alteração dos campos norma, artigo e glossário do assunto “9896 – Contra o Mercado de Capitais”;
- 8) Alteração do glossário do assunto “11895 – Crimes Previstos no Estatuto do Torcedor”;
- 9) Alteração dos campos norma, artigo e glossário do assunto “11896 – Previstos no Estatuto do Torcedor”;
- 10) Alteração nos campos norma, artigo e glossário do assunto “10950 – Crime/Contravenção contra Criança/Adolescente”.

c) Habilitação

- 1) Habilitação do assunto “15365 – Enchentes no Rio Grande do Sul em 2024” para toda a Justiça Militar da União, toda a Justiça Militar Estadual e toda competência militar da Justiça Estadual;
- 2) Habilitação do assunto “13670 – Químicos” para o primeiro grau da Justiça do Trabalho;
- 3) Habilitação do assunto “13619 – Eleição de Dirigente Sindical” para o primeiro grau da Justiça do Trabalho;
- 4) Habilitação do assunto “13263 – Prevenção” para o primeiro grau da Justiça do Trabalho;
- 5) Habilitação do assunto “13109 – Conexão” para o primeiro grau da Justiça do Trabalho;
- 6) Habilitação do assunto “145956 – Interdição de Estabelecimento Penal” para toda a Justiça Militar da União, toda a Justiça Militar Estadual e toda competência militar da Justiça Estadual;
- 7) Habilitação do assunto “145954 – Inspeção em Estabelecimento Penal” para toda a Justiça Militar da União, toda a Justiça Militar Estadual e toda competência militar da Justiça Estadual;
- 8) Habilitação do assunto “10894 – Abuso de Poder” para o STM
- 9) Habilitação do assunto “11918 – Substituição/Convocação em Tribunal” para o STM;
- 10) Habilitação do assunto “11917 – Residência” para o STM;

- 11) Habilitação do assunto “10188 – Remuneração” para o STM;
- 12) Habilitação do assunto “10192 – Promoção” para o STM;
- 13) Habilitação do assunto “10190 – Processo Disciplinar/Sindicância” para o STM;
- 14) Habilitação do assunto “10189 – Afastamento” para o STM;
- 15) Habilitação do assunto “10641 – Penas do Código Penal Militar” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 16) Habilitação do assunto “7785 – Prestação Pecuniária” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 17) Habilitação do assunto “7787 – Prestação de Serviços à Comunidade” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 18) Habilitação do assunto “7786 – Perda de Bens e Valores” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 19) Habilitação do assunto “7789 – Limitação de Fim de Semana” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 20) Habilitação do assunto “7788 – Interdição Temporária de Direitos” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 21) Habilitação do assunto “14934 – Unificação de Pena” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 22) Habilitação do assunto “10906 – Regressão de Regime” para o primeiro grau da Justiça Militar Estadual e para o primeiro grau da competência militar da Justiça Estadual;
- 23) Habilitação do assunto “10635 – Progressão de Regime” para o primeiro grau da Justiça Militar Estadual e para o primeiro grau da competência militar da Justiça Estadual;
- 24) Habilitação do assunto “14932 – Monitoração Eletrônica” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 25) Habilitação do assunto “14930 – Falta Grave” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 26) Habilitação do assunto “14931 – Contagem de Prazo para os Benefícios” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 27) Habilitação do assunto “14929 – Comutação da Pena” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 28) Habilitação do assunto “7792 – Pena de Multa” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;

- 29) Habilitação do assunto “14933 – Saídas Temporárias” para toda a Justiça Militar Estadual e toda a competência militar da Justiça Estadual;
- 30) Habilitação do assunto “10908 – Execução Penal Provisória - Cabimento” para o primeiro grau da Justiça Militar Estadual e para o primeiro grau da competência militar da Justiça Estadual;
- 31) Habilitação do assunto “3638 – Crimes contra o Mercado de Capitais” para a Turma Estadual de Uniformização da Justiça Estadual e para os Juizados Especiais, as Turmas Recursais, as Turmas Regionais de Uniformização e a Turma Nacional de Uniformização da Justiça Federal, bem como foram realizadas alterações nos campos norma, artigo e glossário.

IV – COMPLEMENTOS

a) Criação de Valores

- 1) Criação do valor “388 – Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental” para o complemento tabelado “32 – tipo_de_medida_protetiva”;
- 2) Criação do valor “389 Auxílio-aluguel” para o complemento tabelado “32 – tipo_de_medida_protetiva”.

V – DOCUMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do documento “15412 – Pedido de Sustentação Oral” na hierarquia “36 – Pedido”.

